

# Apresentação

As novas formas urbanas e do processo de produção do espaço revelam, dentre outras dimensões, o importante papel da mobilidade espacial da população, em geral, e da migração, em particular, como elementos constitutivos da estruturação do espaço. Nesse sentido, este dossiê apresenta aspectos relevantes para compreender a expansão, a consolidação, as (re)configurações das aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas, dos espaços urbanos e seus nexos com a mobilidade da população nas suas mais diversas modalidades, como a migração interna e internacional, para se pensar em deslocamentos de maior distância e os deslocamentos no espaço intraurbano. Os artigos presentes neste dossiê trazem contribuições que privilegiam desde o debate acerca de conceitos sobre o processo de urbanização e metropolização, até as variadas formas de aglomeração urbana, a mobilidade residencial, a mobilidade pendular, a mobilidade urbana, a desigualdade na mobilidade espacial, a gestão metropolitana no âmbito do movimento de reestruturação espacial produtiva e os processos de mobilidade espacial da população.

Os artigos que constam deste dossiê contribuem para refletir sobre os caminhos contemporâneos do processo de metropolização e de formação de grandes aglomerações urbanas, que, embora reproduzindo elementos e características de épocas passadas, revelam muitas especificidades e, portanto, novas implicações. Pensado para abrir espaço para a análise da mobilidade espacial da população nesses contextos e tempo histórico, instigando a identificação de causas e consequências dos espaços da migração e da mobilidade intraurbana, espera-se que este dossiê contribua para o constante desafio de acompanhar a intensidade das transformações advindas da dinâmica socioespacial produtiva em curso neste século XXI.

A discussão conceitual de metropolização e metrópole na nova economia capitalista é apresentada no artigo *Metropolização, aglomerações urbano-industriais e desenvolvimento regional no sul do Brasil*, de Paulo Roberto Rodrigues Soares, apontando sua importância para o desenvolvimento regional no caso específico do Rio Grande do Sul. O autor afirma que a economia

industrial mais dinâmica desse estado “tem na metrópole o seu suporte para inserção em um mercado global, ao mesmo tempo que a presença dessas aglomerações no interior do estado contribui para o crescimento do terciário superior na metrópole” (pp. 26-27). Essa dinâmica é constituída pela presença de arranjos populacionais metropolitanos e em seu entorno, emergindo, dentre os fluxos metropolitanos, a intensificação da mobilidade da população no âmbito dessa urbanização composta também por núcleos polarizadores sub-regionais.

Esse desenho da rede urbana consolida periferias metropolitanas, como mostra o artigo *As desigualdades de mobilidade nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte: um estudo das atividades de comércio, lazer e saúde*, de Eugênia Dória Viana Cerqueira, revelando suas recentes transformações e implicações na reestruturação da mobilidade quotidiana da população. O estudo aponta que os espaços periféricos são moldados pelas desigualdades na mobilidade nas periferias de Belo Horizonte, desigualdades que consistem “na dispersão dos serviços cotidianos, o que leva os moradores dos referidos espaços a se deslocarem através de múltiplos locais. As diversas atividades que compõem a vida habitual dos indivíduos, como local de trabalho, comércio, escola, lazer, saúde, são distribuídas de forma heterogênea no espaço, configurando frequentemente deslocamentos caracterizados por distâncias significativas” (p. 37). A mobilidade para o emprego e para outras atividades define a desigualdade da mobilidade na metrópole mineira para distintos grupos sociais.

A metrópole contemporânea reconfigura seus espaços periféricos bem como seus espaços centrais. O artigo de Anderson Kazuo Nakano, *Desigualdades habitacionais no “repovoamento” do centro expandido do município de São Paulo*, aprofunda o debate sobre o repovoamento do centro de São Paulo através de moradias em cômodos, cortiços e assentamentos precários. A realocação e o crescimento da população no centro expandido de São Paulo entre os anos 2000 e 2010 guardam “conflitos entre as duas formas de provisão habitacional voltadas, de um lado, para a população de baixa renda (cômodos, cortiços e assentamentos precários) e, de outro lado, para a população de média e alta renda (empreendimentos residenciais verticais produzidos pelo mercado imobiliário formal)” (p. 68).

A questão habitacional reveste-se, portanto, de suma importância para espaços centrais e periféricos e para a mobilidade da população, como visto no artigo *Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbana de Florianópolis*, de Eduardo Leite Souza e Maria Inês Sugai, que analisam a mobilidade intraurbana no contexto da periferização e da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Florianópolis. Os empreendimentos do programa se constituem em agente da dispersão urbana metropolitana, inclusive amplificando o processo de periferização para franjas urbanas monofuncionais e sem acesso aos serviços básicos, exigindo intensa e cotidiana movimentação de seus moradores.

No âmbito da mobilidade intraurbana, o artigo *Movilidad residencial de sectores medios y populares: la ciudad de Buenos Aires como punto de llegada*, de Natalia Cosacov, María Mercedes Di Virgilio e Mercedes Najman, focaliza a importância da mobilidade residencial em Buenos Aires e sua interação com a própria estruturação do espaço. A dimensão espacial da mobilidade residencial evidencia percursos residenciais distintos entre setores populares e médios do espaço metropolitano,

onde o lugar da residência nesse espaço é um elemento central para a compreensão da própria mobilidade residencial. A pesquisa de campo apontou o mapeamento das sucessivas localizações de residências dos entrevistados, com a configuração de uma geografia de movimentos residenciais desiguais entre os espaços populares e os espaços médios que circulam por corredores distintos. As mobilidades residenciais “no sólo permiten articular prácticas residenciales con estructura urbana, sino que también ayudan a evidenciar esa particular imbricación entre experiencias de clase y modos desiguales de habitar” (p. 113).

O tema da mobilidade residencial também está presente no artigo *Mudar de casa em Lisboa: perfis socioeconômicos da recente mobilidade residencial*, de Maria do Rosário Jorge, João Fernandes, Patrícia Pereira, Cláudia Urbano, João Seixas e Luís Vicente Baptista, para o caso da cidade de Lisboa. Tal mobilidade determinada por fatores econômicos, sociais, culturais e psicológicos resulta numa alteração gradual da estrutura social da cidade e dos padrões de ocupação do território. A partir de inquérito com habitantes da cidade, o estudo permitiu traçar o perfil dos residentes e daqueles que realizam mudanças de residência bem como os tipos de experiência residencial no âmbito do município. “Essa dinâmica residencial se caracteriza ainda por uma forte mobilidade interna, expressa no peso da mudança de residência dentro da mesma freguesia, apesar de menos expressiva entre freguesias” (p. 143).

A mobilidade urbana, como deslocamento das pessoas na cidade, está contemplada na discussão de Estefanía Szupiany no texto *Aquel lejano Oeste: paradojas de la (in)movilidad en la ciudad de Santa Fe*, enfatizando a importância da infraestrutura viária como “lugares o espacios del movimiento”. Aponta como o traçado histórico da cidade foi construído com o enfoque na mobilidade e imobilidade; “desde la demarcación de los primeros limites que proponían un cierre a la planta urbana hacia finales del siglo XIX y hasta la concreción de la Avenida Circunvalación en el año 2012, la planificación local parecería haber quedado suspendida en el tiempo manteniendo los mismos supuestos por más de un siglo y, fundamentalmente, la misma relación con la ribera del Río Salado” (p. 168). A autora afirma que, atualmente, a mobilidade urbana se converte em mecanismo de integração dos bairros à margem Oeste, o que inclui múltiplas mobilidades de tipo material, simbólico e cultural.

A configuração metropolitana e os deslocamentos populacionais reforçam a mobilidade de tipo pendular nos espaços urbanos. No artigo *Mobilidade pendular e integração regional: uma metodologia de análise para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo*, Carlos Lobo, Leandro Cardoso e Ivania Linhares de Almeida trazem as análises acerca da mobilidade pendular e integração regional para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, com os dados do censo demográfico de 2010. O estudo apresenta indicadores padronizados e agregados, extraídos da matriz origem e destino dos fluxos pendulares metropolitanos, e o nível de integração dos municípios das respectivas periferias, uma vez que os movimentos pendulares refletem “diretamente na produção do espaço metropolitano e indica, do ponto de vista social e geográfico, a emergência de novas centralidades urbanas” (p. 173). A mobilidade pendular ultrapassa o core metropolitano indicando novas centralidades periféricas.

Marden Campos, em seu artigo *Ciclo de vida, estrutura domiciliar e migração no início do século XXI: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*, analisa a estrutura domiciliar da migração na Região Metropolitana de São Paulo, e os seus resultados apontam que migrantes intraestaduais possuíam, em 2010, maior renda, maior nível de escolaridade e inserção no mercado de trabalho semelhante aos não migrantes e perfil de migração familiar; migrantes interestaduais apresentavam características inversas aos intraestaduais. Segundo o autor, “Pode-se ‘inferir’ que os migrantes que se originaram de regiões socioeconomicamente mais favorecidas, em termos de renda e escolaridade, possivelmente tiveram maior ‘liberdade’ quanto à escolha da estratégia de migração, como a possibilidade de migrarem sós ou apenas com o cônjuge” (p. 204).

Para finalizar o dossiê, o tema da migração internacional compõe dois artigos. O artigo de Raúl Felix Barbosa e Maria Cristina Dadalto, *Migración y la gobernanza global: en rol de las redes migrantes*, traz ao debate o papel de migrantes no desenvolvimento de redes migratórias como estruturas de governabilidade da migração, cobrindo as lacunas que o sistema de gestão mundial das migrações não consegue contemplar. O estudo centra-se no argumento do poder da comunicação em uma sociedade em rede para governar as redes de migrantes. “*La comunicación electrónica casi instantánea dentro de una red capacita a la red como una forma de comunicación y por lo tanto como una fuente de poder de comunicación*” (p. 213). Os autores afirmam que as redes de migrantes são capazes de fazer a gestão do tráfico de pessoas, de reduzir as tensões entre imigrantes e a sociedade de destino, de garantir segurança e direitos aos imigrantes, de apoiar em âmbito de cooperação estatal e internacional.

O artigo de Carlos Freire da Silva, *Conexões Brasil-China: a migração chinesa no centro de São Paulo*, aborda a imigração chinesa na cidade de São Paulo como uma dinâmica migratória transnacional na escala da cidade, com impactos urbanos e nas dinâmicas transnacionais que se articulam a essa imigração. “Trata-se de pensar a incorporação de processos migratórios transnacionais em seu impacto na reestruturação das localidades” (p. 225). Os migrantes chineses atuam para a circulação de produtos *made in China* no comércio popular, refletindo uma dinâmica transnacional que deslocou a centralidade desses fluxos de comércios de Ciudad del Este no Paraguai para São Paulo. As vendas de produtos nas galerias na rua 25 de Março “estão no centro de um agenciamento transnacional que coloca em movimento pessoas e mercadorias e, muito concretamente, circulam entre mercados no centro de São Paulo, principalmente aos mercados das cidades de Guangzhou e Yiwu” (p. 241).

Este volume da revista *Cadernos Metrópole* conta, ainda, na seção Artigos Complementares, com mais dois artigos com temas que contribuem para a discussão presente neste dossiê. O artigo de Angela Maria Gordilho Souza, *Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras*, discute a crescente inserção da ação corporativa na produção e gestão das cidades, através de consórcios de grandes empresas, definições dos projetos, implantação e gestão dos serviços e equipamentos coletivos. O estudo analisa “essa nova forma de gestão corporativa dos projetos definidos a partir dos megaeventos recentes – Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 – e como ela potencializa o urbanismo neoliberal em curso, além de

mostrar quais os seus impactos mais imediatos na configuração urbana e acessibilidade pública no uso da cidade” (p. 247).

O tema do Estatuto da Metrópole está presente no artigo *O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico-conceitual à luz do conceito miltoniano de “território usado”*, de Janaína Lopes Pereira Peres, Henrique Soares Rabelo Adriano, Ana Paula Albuquerque Campos Costalonga Seraphim e Amanda Alves Olalquiaga, ressaltando a definição e a delimitação das regiões metropolitanas enquanto territórios políticos, passíveis de tornarem-se objetos de políticas públicas. Hoje existem no Brasil 71 Regiões Metropolitanas – RMs, 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico – Rides e 4 Aglomerações Urbanas. O estudo apresenta detalhadamente uma análise descritiva do Estatuto da Metrópole em cada um de seus capítulos, bem como os conceitos de espaço e território de Milton Santos para a releitura do Estatuto da Metrópole.

Rosana Baeninger  
José Marcos Pinto da Cunha  
*Organizadores*

**Rosana Baeninger**

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Núcleo de Estudos de População. Campinas, SP/Brasil.  
baeninger@nepo.unicamp.br

**José Marcos Pinto da Cunha**

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia / Núcleo de Estudos de População. Campinas, SP/Brasil.  
zemarcos@nepo.unicamp.br

